

2005_07_14

Destaque

**Relator pretende estender benefícios da MP do Bem ao setor elétrico
Ministério da Fazenda, entretanto, vê implicações de arrecadação com
propostas que serão apresentadas em relatório**

Oldon Machado, da Agência CanalEnergia, Negócios

14/07/2005

O relator da Medida Provisória 252, conhecida como MP do Bem, deputado Custódio Mattos (PSDB-MG), afirmou nesta quinta-feira (14) que pretende incluir o setor elétrico no pacote de medidas de desoneração para os novos investimentos no país. Após se reunir com o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Murilo Portugal; de Política Econômica, Bernardo Appy; e com o secretário da Receita Federal, Jorge Rachid, Mattos informou que vai apresentar na semana que vem um relatório técnico contendo propostas tributárias com o objetivo de beneficiar o setor elétrico.

Entre as propostas ligadas ao setor de energia que farão parte do relatório estão iniciativas visando à aceleração da depreciação do capital das empresas, para efeitos de imposto de renda. A idéia é reduzir o prazo médio de 30 anos para cerca de oito anos. Outro tópico que será incluído no texto do documento é a necessidade de compatibilizar, através de medidas específicas, os investimentos feitos pelas empresas nos leilões de geração do antigo modelo, baseados no pagamento do maior ágio, com as futuras concessões, nas quais ganharão os que apresentarem o maior deságio.

Também será incorporada no relatório a proposta de manter, apenas para os consumidores do segmento residencial, os antigos critérios de tributação do PIS/Pasep e da Cofins. A medida preservaria a cobrança cumulativa com alíquotas em 0,65%, no caso do PIS/Pasep, e em 3% para a Cofins, no lugar dos 9,25% para os dois tributos. Segundo o deputado, a medida não seria estendida às outras categorias de consumo, que podem se beneficiar com créditos na venda da energia. O relatório será levado à discussão com a Fazenda em reunião técnica marcada para o próximo dia 22.

"O objetivo das propostas é diminuir o custo do investimento para as empresas de energia elétrica. Mas não dá para afirmar se elas serão levadas ao texto que será discutido na Câmara. Estamos em conversas preliminares", ressaltou Mattos. A percepção inicial, entretanto, é que a negociação com a equipe econômica do governo não deverá ser fácil. Os secretários da Fazenda presentes na reunião de hoje apresentaram restrições para a incorporação das propostas de desoneração tributária no setor. A alegação principal é que as medidas reduzirão a arrecadação do Tesouro Nacional.

Mesmo com as ressalvas da Fazenda, os agentes acreditam que a disposição do relator em discutir com o governo a inclusão do setor na MP do Bem já é um avanço. "Essa discussão é importantíssima. Embora o peso da cobrança de impostos e encargos para os consumidores já chegue a 40%, nenhuma iniciativa

vinha sendo tomada no sentido de reduzir o aumento da carga tributária no setor", avalia **Claudio Sales**, presidente da **Câmara Brasileira de Investidores em Energia Elétrica**. Ele frisa, entretanto, que o passo mais importante será incluir o pleito nos debates no Congresso Nacional.